



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681126 - SP (2021/0224825-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM SANTOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAM SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0019112-85.2013.8.26.0361).

O paciente foi condenado – como incurso no art. 33, *caput*, c/c arts. 40, III e IV, arts.42 e 43, todos da Lei n. 11.343/06, c/c arts. 29, *caput*, e art. 61, I, do Código Penal; no art. 35, *caput*, c/c art.40, III e VI, arts. 42 e 43, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. 61, inciso I, do Código Penal e, no art.349-A, c/c art.29, *caput*, e art.61, inciso I, todos do Código Penal, nos termos do art.69, *caput*, do Código Penal – às penas de 11 anos, 10 meses e 6 dias de reclusão em regime inicial fechado e 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão em regime fechado, além de 5 meses e 10 dias de detenção em regime inicial semiaberto, bem como ao pagamento de 2.842 dias-multa. Totalizou-se a pena de 19 anos de reclusão.

Interposta apelação, foi dado provimento ao recurso para absolver o paciente da prática do crime de associação para o tráfico, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, e fixar a pena definitiva em 11 anos, 10 meses e 06 dias de reclusão em regime inicial fechado e pagamento de 1184 dias-multa, além de 5 meses e 10 dias de detenção, em regime inicial semiaberto.

A impetrante alega que, em *habeas corpus* de próprio punho, o paciente requer, liminarmente, a absolvição, o redimensionamento do *quantum* da pena imposta e direito a exercer trabalho e estudo durante o cumprimento da reprimenda.

No mérito, pugna pela concessão da ordem nos termos acima pleiteados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente